



Artigo

MULHERISMO AFRICANA: PRÁTICAS SOLARES PARA TRAZER LUZ A UMA TEATRALIDADE REBELDE POSSÍVEL

***AFRICAN WOMANISM: SOLAR PRACTICES TO BRING
LIGHT TO A POSSIBLE REBEL THEATRICALITY***

***MUJERISMO AFRICANA: PRÁCTICAS SOLARES PARA LLEVAR
ILUMINACIÓN A UNA POSIBLE TEATRALIDAD REBELDE***

**Aza Njeri (Viviane Moraes)
Murilo Gaulês**

Aza Njeri (Viviane Moraes)

Aza Njeri é doutora em Literaturas Africanas e pesquisadora de Filosofias, Culturas, Literaturas e Artes africanas e afro-diaspóricas. Professora do Programa de Pós-Graduação em Literatura, Cultura e Contemporaneidade PUC-Rio. Coordenadora e Professora de Graduação do Departamento de Letras PUC-RJ e professora do Instituto de Pesquisa Pretos Novos-RJ. Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre o Continente Africano e as Afro-diásporas PUC-Rio. Escritora, roteirista, multiartista, crítica teatral e literária, podcaster, youtuber e mãe.

E-mail: contatoazanjeri@gmail.com

Murilo Gaulês

Murilo Gaulês é Doutorando em Artes Cênicas e pesquisa as intersecções entre Teatro, Artivismo, Prisão e Abolicionismo Penal. Integra o grupo de pesquisa LADCOR da ECA/USP e coordena o curso de Extensão Teatro, Prisão e a Busca por Novos Imaginários Possíveis no PPGAC/ECA/USP. É fundador da CiA dXs TeRrOrIsTaS, diretor artístico, ator, educador, ativista e produtor cultural.

E-mail: cenicas.murilogaules@gmail.com

Resumo

Este texto visa friccionar intersecções possíveis entre o fazer contemporâneo nas artes da cena e as filosofias africanas e afrodiaspóricas, visando compreender possíveis contribuições destas para com a luta antiprisional brasileira. Para tanto são abordadas práticas de reumanização dos seres a partir de perspectivas fundamentadas no Mulherismo Africana.

Palavras-chave: Mulherismo africana, Ativismo, Abolicionismo penal.

Abstract

This text aims to identify possible intersections between contemporary performance in the performing arts and African and Afro-diasporic philosophies, aiming to understand their possible contributions to the Brazilian anti-prison struggle. To this end, practices of rehumanization of beings are addressed from perspectives based on African Womanism.

Keywords: African womanism, Activism, Penal abolitionism.

Resumen

Este texto tiene como objetivo identificar posibles intersecciones entre la performance contemporánea en las artes escénicas y las filosofías africanas y afrodiaspóricas, con el objetivo de comprender sus posibles contribuciones a la lucha anticarcelaria brasileña. Para ello, se abordan prácticas de rehumanización de los seres desde perspectivas basadas en el mujerismo africano.

Palabras-clave: Mujerismo africano, Activismo, Abolicionismo penal.

Subindo a montanha. Primeiras cartografias em busca de um fazer abolicionista em teatro

Quando eu digo para as pessoas que sou uma abolicionista prisional e que acredito em pôr fim a todas as prisões, elas frequentemente me olham como se eu estivesse montada em um unicórnio deslizando sobre um arco-íris. Até mesmo pessoas engajadas em movimentos sociais, pessoas que reconhecem o sistema prisional atual como falho, ao fazerem suas críticas parecem ponderar: “mas é isso que temos”. Apesar da nossa habilidade para analisar e criticar, a esquerda se enraizou naquilo que é. Nós frequentemente esquecemos de vislumbrar aquilo que pode vir a ser. Esquecemos de escavar o

*passado em busca de soluções que nos mostrem como podemos
existir de outras formas no futuro.
Por isso eu acredito que nossos movimentos por justiça precisam
desesperadamente da ficção científica.
(IMARISHA, 2016, p.3)*

Buscamos na citação da Walidah Imarisha (2016) uma base para as nossas investigações: doutora Aza Njeri (PPGLCC PUC-Rio/FAPERJ/Lepecad PUC-Rio) em relação aos atravessamentos da desumanização radical (Njeri, 2020; 2022) nas corporeidades negras que se documentam nos corpos e nas artes contemporâneas africanas e afro-diaspóricas; e o doutorando Murilo Gaulês (ECA/USP) nas intersecções entre arte e prisão. Ambos pesquisadores são mobilizados pelos desdobramentos práticos junto a movimentos sociais de luta antiprisional, racial e contra-colonial (BISPO, 2023) e artistas de diversas linguagens, nessa insistência de acreditar que nosso ofício pode verdadeiramente contribuir para a construção de um novo e melhor mundo sem prisões. Somamos esforços, juntos a tantos outros teóricos das artes cênicas e estudos culturais, na produção de registros e elaboração de metodologias comunitárias que articulem o fazer teatral com oficinas de imaginação política, na tentativa de escavar estratégias comunitárias para o fim das prisões. Citamos alguns parceiros nessa jornada como os pesquisadores Vicente Concílio (2008), Viviane Narvaes (2020), Ashley Lucas (2021) e a própria Walidah Imarisha (2016), com a qual, Murilo Gaulês teve o privilégio de poder trabalhar em projetos criativos e de formação nos anos de 2022 e 2023.

O teatro abolicionista é uma forma de expressão artística que se dedica a questionar, criticar e combater o sistema de escravidão e o encarceramento em massa. Ele surge como uma resposta à necessidade de conscientização e transformação social, especialmente em contextos onde a escravidão era e ainda é uma realidade. Não se trata apenas de uma forma de entretenimento, mas também de um instrumento de ativismo. Os artistas envolvidos

1. Este artigo faz parte da pesquisa “Circunscrições da Maafa no corpo-documento: o corpo negro nas literaturas e dramaturgias afro-lusófonas contemporâneas - Brasil, Angola e Portugal”, da doutora Aza Njeri (PUC-Rio) com apoio da FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro no Edital FAPERJ N07/2023 - Programa de Apoio à Jovem Cientista Mulher com Vínculo em ICTS do Estado do Rio de Janeiro. Processo SEI E-26/210.035/2024.

são frequentemente engajados na luta pela abolição, usando suas peças e mobilizando seus processos criativos como veículos de protesto, conscientização e reumanização de vítimas do cárcere estatal. Podemos citar como exemplos na cena contemporânea brasileira o trabalho realizado pelos grupos de Teatro nas Prisões nas Universidades (UDESC, UniRio, UNIPARA, UEAM e, recentemente, USP), e espetáculos como “Cárcere ou Porque as Mulheres se tornam Búfalos”, da Cia de Teatro Heliópolis (2022); “Parto Pavilhão”, dramaturgia de Jhonny Salaberg (2021); ou “Anjos de Cara Suja: o Sol é, ou deveria ser, para todas”; da CiA dXs TeRrOrIsTaS (2023). Trabalhos que não apenas denunciam as barbaridades experienciadas pelas vítimas do sistema carcerário, mas que também nos convidam a sonhar/elaborar outras alternativas possíveis para pensarmos justiça em nossas sociedades.

A pesquisa em andamento intitulada “BORBOLETAS NO ASFALTO: uma perspectiva fractal sobre artes da cena, prisão e abolição” de Murilo Gaulês (ECA/USP) e a pesquisa “Circunscrições da Maafa no corpo-documento: o corpo negro nas literaturas e dramaturgias afro-lusófonas contemporâneas - Brasil, Angola e Portugal” da doutora Aza Njeri (PPGLCC PUC-Rio/FAPERJ/Lepecad PUC-Rio) visam contribuir com a materialização desse sonho comunitário: uma sociedade sem prisões e suas consequentes práticas punitivistas desumanizantes.

Embora a ideia de um mundo sem prisões pareça uma utopia inalcançável, ela não é nova e sempre esteve presente nos movimentos revolucionários de mudança radical. Em 1966, isso já era almejado e planejado pelo Partido dos Panteras Negras em seu Programa de 10 Pontos (BLACK PANTHER, 1966). Em 1976, um grupo de ativistas e pesquisadores abolicionistas desenvolve um cronograma em etapas objetivas e práticas visando a abolição completa das prisões em um período de até 10 anos (PRISON RESEARCH EDUCATION PROJECT, et al., 1976).

Trabalhos como esses e tantos outros orquestrados sob os cuidados dos movimentos sociais que nos mostram que o fim do punitivismo é possível e depende de um engajamento ativo de nossos imaginários comunitários, da mesma forma como nossa cultura foi secularmente desenhada e (de)formada a partir do sonho dos colonizadores.

No Brasil, esses movimentos de construção são majoritariamente articulados por mães de pessoas presas. Mulheres majoritariamente negras inspiradoras que fundaram movimentos importantes como a AMPARAR, Mães de Maio, Mães de Manguinhos, Mães da Leste, Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio, Cooperativa Libertas e outras tantas redes que desenvolvem ações de resistência nas comunidades. Iniciativas que oferecem alternativas ao encarceramento, como programas de reabilitação e reintegração, nos demonstram que podemos romper com o ciclo de prisões e reincidência.

Além disso, existem diversos grupos como o CDHEP², em São Paulo, que promovem a justiça restaurativa, com círculos de paz e mediação comunitária, que nos mostram que é possível resolver conflitos sem recorrer à punição.

E foi justamente a prática cotidiana com movimentos de luta antiprisional, onde Murilo Gaulês (ECA/USP) pôde relacionar as consequências e causas da investigação para fora dos muros da academia, que se levantou a hipótese de que os repertórios e referências que dispomos sob o guarda-chuva das artes como campo de conhecimento parecem insuficientes diante da complexidade que assola a vida de comunidades fraturadas pelo cárcere institucional, nessa relação teatro e prisão. Percebemos a imensa dificuldade em falar sobre o fim das prisões em territórios periféricos (tendo em vista que a cultura punitivista também tem se solidificado nesses territórios tanto pelo braço armado e genocida da polícia quanto pela presença também truculenta das facções), muito pela narrativa midiática que usa a imagem dos “poucos terríveis” (GILMORE, 2024) assassinos, estupradores e pedófilos para assombrar nossas comunidades e convencê-las de que o sistema prisional as mantém seguras.

Em diálogo entre as pesquisas, recorreremos à Beatriz Nascimento (NASCIMENTO, 2018) e Alex Ratts (RATTS, 2006) e ao conceito de corpo-documento para verificar como a relação teatro e prisão pode ser corpo-documentada nas cenas, metodologias e fazer teatral negro e periférico. Justamente por isso, este artigo visa pensar as artes das cenas como campo de conhecimentos expandido, procurando em outras áreas de

2. Centro de Direitos Humanos e Educação Popular localizado na Rua Luís da Fonseca Galvão, 180 - Parque Maria Helena, São Paulo - SP,

saber metodologias, diagnósticos, conceitos e estratégias que contribuam para o preenchimento dessas lacunas da partir de uma fabulação crítica (HARTMAN, 2021) que articule arte e prisão. Na busca de práticas por (re)humanização de populações marginalizadas pelo sistema carcerário, recorre-se ao mulherismo africana, abordagem contra-colonial afrodiaspórica focada em estratégias matrigestoras de reumanização (NJERI; AZIZA, 2020; NJERI; RIBEIRO, 2019), para auxílio nas estratégias, alternativas e pistas que possam contribuir com esse campo de pesquisa.

Para além do diálogo com teóricos, trazemos as hipóteses desta pesquisa a partir de escrituras (DUARTE & NUNES, 2020) de Murilo Gaulês. Como bicha nascida e criada na periferia norte da cidade de São Paulo, vivenciou cotidianamente a manifestação do estado no seu bairro, a partir da presença truculenta do braço policial e seus *enquadros* que marcaram a juventude negra e periférica em uma coreografia sádica de subordinação. A dança era a mesma: mão na cabeça, vira *pra* parede e afasta as pernas. Era só ouvir o som da sirene ou o clarão do giroflex que já iniciava a coreografia estatal. São corpos masculinos, majoritariamente negros e pobres documentando memórias e marcas dessas experiências de desumanização radical.

Marimba Aní (1994) utiliza o termo em swahili “Maafa” para classificar tais processos coreográficos de captura física e mental de populações africanas. O termo significa “grande tragédia” ou “desumanização radical” (NJERI, 2020) e faz alusão direta a toda produção de sofrimento intenso e tortura impelida a força durante os mais de 524 anos do apocalipse da invasão colonial. Esses processos continuados de desumanização radical instauram e enraízam traumas dentro de comunidades inteiras que, como consequência, reproduzem os modelos dominantes de humanidade como estratégia de sobrevivência à Maafa.

Apesar de não termos a experiência do cárcere, ambos pesquisadores viemos da periferia: Aza Njeri é oriunda de Belford Roxo na Baixada Fluminense (RJ), vivendo grande parte da vida na zona norte do Rio de Janeiro; e Murilo Gaulês vem da periferia norte da cidade de São Paulo, na região do Jardim Peri. Faz parte da nossa experiência periférica o convívio com a desumanização radical da violência do estado, do encarceramento e do descaso e abandono social. Testemunhamos pessoas de nossas

comunidades serem encarceradas. E como dizem os movimentos de familiares de pessoas vítimas do cárcere: “Quando uma pessoa está presa, toda a sua família vai presa junto”.

É comum nos processos formativos em artes cênicas ouvir de aspirantes a atores o quanto o teatro é revolucionário. Como o fazer teatral é capaz de mudar e melhorar o mundo. Ouvimos isso com tanta certeza e tão repetidas vezes que passamos a acreditar.

Também é comum nas mesmas rodas formativas ouvirmos posicionamentos alienados sobre a experiência periférica, tecidos a partir de uma confortável bolha de privilégios que repetem sem crivo crítico ou empatia as notícias veiculadas na grande mídia. Mimetizações caricatas de territórios muito parecidos com os que crescemos e suas improvisações.

Jessé Souza (2009) explica esse fenômeno de apropriação e estratificação social na literatura, conceito que pode ser expandido também para outras linguagens artísticas, como o teatro:

O processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos, não só sem capital cultural nem econômico em qualquer instância significativa, mas desprovida, esse é o aspecto fundamental, das condições sociais morais e culturais que permitem essa apropriação. É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal (SOUZA, 2009, p. 21).

Apesar do incômodo acerca dessas apropriações, de alguma maneira, ainda acreditamos que o teatro é um lugar possível para se tensionar o mundo. Nos auxiliando a enxergar as violências da desumanização radical (NJERI, 2020) e nos fornecendo estratégias de resistência, permanência e continuidade.

A partir do teatro entramos em contato com teorias socialistas que nos ajudaram a compreender o problema de classe. Conhecemos Marx (2011) a partir de Brecht (ROSENFELD, 2013) e de Augusto Boal (2019), e chegamos as teorias abolicionistas a partir do Teatro Experimental do Negro e do Teatro

do Sentenciado (NARVAES, 2020), do mestre Abdias Nascimento. O teatro atuou como um facilitador de acesso a debates que nos ajudaram a organizar a revolta que sentimos com a realidade dos nossos territórios.

Em segundo lugar, o teatro costuma ter uma ação de refúgio e cuidado em territórios precarizados, servindo como espaço de salvação para jovens violentados pela desumanização radical. O pesquisador Murilo Gaulês aponta que quando se é bicha³ na década de 1990, na zona norte da cidade de São Paulo - região mais militarizada e conservadora do município - e, por consequência desse mesmo conservadorismo, vive a exclusão familiar, a violência de gênero e o medo, percebe-se que o mundo todo está prestes a ruir a sua volta, como se não fosse mais possível se agarrar a matéria das coisas, é aí que sobrevivemos a partir da nossa inventividade. Diante da desumanização radical, a experiência teatral nos ajuda a olhar para as frestas. Perceber que há rachaduras em todas as estruturas, por mais duras e sólidas que elas sejam, e é por ali que a luz entra. O teatro aquilomba, como dizia Abdias Nascimento (2019), isto é, na experiência do conhecer-adentrar-fazer teatro que expandimos as teias de relacionamentos possibilitando contato com outras pessoas também à margem. E foi a partir do teatro que fomos construindo nossas comunidades, redes de apoio. E esse é um ponto central para o debate ao qual lanço o convite nesse texto. Porque para poder continuar acreditando no teatro como um lugar de transformação de realidades é preciso, antes de tudo, reinventar esse teatro.

Mas como fazer esse giro epistemológico e metodológico diante de uma estrutura tão tradicional como o teatro ocidental hegemônico e suas linguagens? Esse teatro que é apresentado nas escolas de formação de artistas da cena como cânone, (de)formando atores, encenadores e dramaturgos sob uma régua colonial. É exatamente o que esse texto persegue, encontrar alternativas conceituais pluriversais (NJERI, 2020), de cunho comunitário, que possibilitem novos olhares acerca da prática teatral a fim de que tais

3. O termo “bicha” remontaria à corça, fêmea do veado, que em francês é chamada de “biche”. Começou a ser usado no Brasil em meados do século XX como forma de ofensa aos homossexuais masculinos. No entanto, movimentos sociais em luta por direitos LGBTQIA+ reivindicaram esse termo (assim como outros do gênero como sapatão e travesti), como nomeação de uma identidade sexual que não atende aos cânones da cishetornomatividade (como acontece com o chamado “gay padrão”).

práticas possibilitem articulações com a educação e luta antiprisional e/ou cosmovisões que compreendam as relações sociais fora da lógica punitivista.

A intelectual Azoilda Loretto da Trindade (1994) propõe um resgate de África e de seus princípios que residem em cada uma das identidades negras como forma de se opor ao saber universal. Essa universalidade é apontada pela autora como racista e está presente em diversos campos do conhecimento, tendo em vista que ela parte da cosmovisão do Senhor do Ocidente⁴ (QUIJANO, 2005; NJERI, 2020) que é tida como única relevante nos âmbitos cultural, histórico e científico. A consequência direta desse movimento universalizante é o epistemicídio (CARNEIRO, 2023), ou seja, o apagamento de saberes locais e a destruição completa de toda e qualquer tecnologia, cultura, conhecimento ou saber que não seja reconhecido pela cultura da branquitude/ocidental (SANTOS, 1994). Em oposição a isso, Trindade (1994) nos fala da importância da implementação dos valores civilizatórios afro-brasileiro em processos educacionais. Ela organiza esses valores em um compilado de princípios herdados de África que ampliam a experiência de mundo a partir de cosmovisões pautadas em valores filosóficos-culturais tais como a cooperação, a circularidade, a oralidade, a ludicidade, a energia vital (axé), a corporeidade, a musicalidade. Tais valores são palpáveis nas experiências afro-diaspóricas no continente americano, onde expressões artístico-culturais negras os exercitam criativamente. Nesse sentido, o teatro se coloca como um potente agente de trabalho, já que possibilita a presentificação de cada um desses valores na fazença teatral.

Em diálogo com Azoilda Trindade, trazemos a Filosofia Ubuntu (CAVALVANTE, 2020). Essa filosofia africana de origem bantu significa “eu sou porque nós somos”. Segundo essa vertente todas as pessoas fazem parte de uma grande constelação interconectada que se retroalimenta a partir de suas relações e trocas. Essa perspectiva ajuda a romper com a lógica capitalista neoliberal que é pautada nas individualidades como emergente para o progresso e desenvolvimento das sociedades. As prisões atuam como uma continuidade dos processos exploratórios e desumanizantes que utilizam a escravização

4. Senhor do Ocidente é um conceito nos estudos de Aza Njeri (2020-1) para designar a branquitude dominante que usufrui das benesses da máquina ocidental, sendo seu proprietário direto. Esse conceito será melhor explorado na próxima seção deste texto.

como tecnologia de dominação e produção de lucro para alguns, seguindo essa mesma lógica de desenvolvimento capitalista. Isso porque todos os países em processo de desenvolvimento socioeconômico tiveram aumentos brutais em suas taxas de encarceramento (ISRAEL, 2024).

Desenvolvimento ou des-envolvimento como pontua Nego Bispo (BISPO, 2020), que é o contrário de envolvimento. Bispo nomeia de cosmo-fobia a necessidade de se afastar da originalidade, de desconectar-se da comunidade, sair do Ubuntu. Essa necessidade é uma consequência do processo de desenvolvimento que transforma toda a vida em matéria-prima para o capital, fomentando as explorações dos recursos naturais por humanos, dos animais por humanos, de humanos por humanos. Caminhando até aqui podemos compreender que encarcerar é um ato cosmofóbico de des-envolver.

Segundo Ângela Davis, as prisões se tornaram uma continuidade dos processos desumanizantes de escravização. A exemplo da história dos Estados Unidos, ela cita as consequências da 13ª emenda na realidade dos estabelecimentos prisionais de todo o país:

Logo após a abolição da escravidão, os estados do Sul se apressaram em desenvolver um sistema de justiça criminal que restringisse legalmente as possibilidades de liberdade para os escravos recém-emancipados. As pessoas negras se tornaram os principais alvos de um sistema em desenvolvimento de arrendamento de condenados, ao qual muitos se referiam como uma reencarnação da escravidão (DAVIS, 2018, p.25).

Se a prisão é uma continuidade do projeto ocidental racista e da senzala escravocrata que opera a partir de ficções de poder para sustentar uma supremacia branca, como enfrentar essa estrutura engessada tendo como arsenal bélico as mesmas tecnologias ocidentais que matam pessoas negras, LGBTQIAP+, pobres e periféricas dia a dia? O que há em nossas técnicas de criação, muitas vezes sustentadas no cânone ocidental hegemônico, que contribui para a manutenção estética e discursiva desse mesmo projeto? Não seriam essas mesmas práticas hegemônicas, perpetuadas incansavelmente nas instituições de arte e disfarçadas pela cooptação/sequestro de discursos de intelectuais não-brancos, uma atualização do racismo?

A presença do racismo como fantasia colonial determinadamente atualizada no marco do colapso da colônia está exposta como ferida na paisagem das cidades, na densidade dos muros, cercas e fronteiras. Está exposta também na coreografia das carnes, na intensidade dos cortes e ancestralidade das cicatrizes (MOMBAÇA, 2016, p.4).

Era preciso descolonizar nossas práticas, visitar nossa história, incendiar nossas teorias para, somente então, reescrever nossos futuros. Em sua obra não terminada *Parable of the Trickster* (2014), Octavia Butler nos lembra:

Não há nada de novo
sob o sol
mas há novos sóis
Octavia Butler (CANAVAN, 2014).

Partindo da metáfora de Butler, Walidah Imarisha (2016) fala da importância de reescrevermos os futuros que já nos foram profetizados desde quando nascemos. Ela nos lembra que o terror que vivem as comunidades subalternizadas constitui o sonho dos colonizadores e que estes mesmos soberanos, Senhores do Ocidente (QUIJANO, 2005; NJERI, 2020), hoje se preocupam com o que será das próximas gerações, planejando colonizar a Lua ou Marte, por exemplo. Tudo o que nossas comunidades viveram e o que estavam por viver, já havia sido meticulosamente planejado e à nossa revelia. No nosso caso, um bando de gente periférica, negra, bicha e/ou transviada fadada ao roteiro tragicômico da colonialidade do país que, pelo 15º ano consecutivo, mais assassina pessoas LGBTQIA+ no mundo (BENEVIDES, 2024)

Parafraseando Hija de Perra:

Parece que tudo o que tínhamos feito no passado, atualmente se amotina e se harmoniza dentro do que São Foucault descrevia em seus anos na História do [Punitivismo] e que mesclado com os anos de maravilhoso feminismo finalmente acabam no que Santa Butler inscreveu como queer (PERRA, 2015, p.3).

Entre as muitas teorias para se contracolonizar as práticas das artes cênicas, em aliança com o movimento do abolicionismo prisional, percebemos no Mulherismo Africana um conjunto de princípios e metodologias que

podem potencialmente colaborar para uma reinvenção prática conceitual de nossas e(sté)ticas.

E para não cair na mesma cilada de trazer discursos emprestados das epistemologias do sul, engessados sob as formas de produção de conhecimento do ocidente, fazemos uso dos ensinamentos de Leda Maria Martins (1997 e 2003), para iniciar uma oralitura.

Segundo Leda Martins:

“Aos atos de fala e de performance dos congadeiros denominei oralitura, matizando neste termo a singular inscrição do registro oral que, como littera, letra, grafa o sujeito no território narratário e enunciativo de uma nação, imprimindo, ainda, no neologismo, seu valor de litura, rasura da linguagem, alteração significativa, constituinte da diferença e da alteridade dos sujeitos, da cultura e das suas representações simbólicas” (MARTINS, 1997, p. 21)

Daqui se inicia uma conversa fabulativa e crítica (HARTMAN, 2021) entre os autores deste artigo sobre Mulherismo Africana.

Diálogos ubuntu: Intersecções entre o abolicionismo penal e o mulherismo africana

Para os mais desavisados, a conversa a seguir pode parecer alheia às áreas de conhecimento das artes cênicas. Mas é importante lembrar que os movimentos contracoloniais de ressignificação de nossas práticas partem, inicialmente, de uma retomada acerca das perspectivas culturais que nos organizam como povo e, consequentemente, ordenam nossas narrativas. O intuito dessa partilha está em possibilitar uma amplitude filosófica acerca de temas que fundamentam o mulherismo africana, cujos olhares podem facilitar novas formas de refletir nossas narrativas e a forma como nos relacionamos socialmente durante o fazer de nosso ofício teatral.

As trocas entre os autores se inicia com os trabalhos de divulgação científica de Aza Njeri nas redes sociais, no Instagram e no seu canal do YouTube (NJERI, 2012). O manejo das novas ferramentas de conexão, comunicação e produção de conteúdo aliados a uma linguagem acessível

auxiliam na democratização do conhecimento. Assim, a pesquisa sobre os processos de reumanização, apoiada em ampla literatura das filosofias africanas e afro-diaspóricas discutem princípios caros ao abolicionismo prisional de forma ampla e integrada a outras áreas de conhecimento. Como nos provoca a abolicionista Alexis Pauline Gumbs:

E se a abolição não for algo devastador, nem destruidor, nem um acontecimento para bolas de demolição? E se a abolição for algo que brota dos lugares úmidos de nossos olhos, dos lugares quebrados de nossa pele, dos lugares de espera em nossas palmas, do tremor que toma minha boca quando me viro para você? E se a abolição for algo que brota? (CR10, 2008, p.142)

Essas reflexões nos levaram a uma conversa, no intuito de tentar compreender quais as pistas contidas nos saberes do Mulherismo Africana - teoria da qual Aza Njeri é uma das pesquisadoras referência no Brasil - poderiam contribuir para ampliar os repertórios conceituais e metodológicos para a elaboração de um teatro abolicionista penal e preocupado com os processos de desumanização radical.

Essa entrevista foi realizada em 2020, durante o período de isolamento da pandemia de covid-19, por meio de troca de áudios por e-mail e WhatsApp. O que se segue aqui é uma transcrição dessas conversas no intuito de registrar, difundir e acessibilizar os saberes trocados durante esse processo. Na tentativa de preservar o princípio da oralidade, optamos por transcrever da forma mais fiel possível ao discurso falado, captado nas trocas de áudio.

MURILO GAULÊS (MG) – O que é o Mulherismo Africana?

AZA NJERI (AN) – É importante eu dizer que o Mulherismo Africana faz parte, para mim, de uma ramificação das minhas pesquisas. Hoje, já inserida em um expressivo Programa de Pós-Graduação, eu me dedico a refletir sobre quais são os caminhos de reumanização da população. E fiz, obviamente, um recorte de raça, porque toda pesquisa precisa ter um recorte, mas não necessariamente o que eu falo seja somente para pessoas negras, mas quando eu faço recorte de raça, vou pensar os caminhos de humanidade para a população negra africana e afro-diaspórica, e população afro-brasileira em específico.

Porque de alguma forma eu faço parte do grupo de teorizadoras do Mulherismo Africana. Mas o Mulherismo Africana é uma pequena parte do todo que eu construo. Porque quando a gente vai pensar em caminhos de reumanização, estamos falando de educação, filosofia, recuperação da história, as artes e também o mulherismo africana.

O Mulherismo Africana, portanto, seria uma abordagem teórica, prática e metodológica de análise de experiências concretas de resistência e reumanização da população negra. Quem vai teorizar pela primeira vez é Cleonora Hudson-Weems (2021) e depois Nah Dove (1998). São os afro-americanos que vão a partir da abordagem da Afrocentricidade (ASANTE, 2009), que é uma epistemologia, traçar o paradigma do pensamento mulherista. E o que é que seria isso? Elas observaram mães africanas (e o termo africanas aí não é só uma referência continental. Para as duas autoras os termos africana, mães africanas, mulheres africanas significam mulheres do continente africano e das suas pluridiásporas). Com isso vamos partir de um primeiro princípio de que mães africanas são as maiores afrontas ao ocidente, porque elas não só não se deixam desumanizar como não permitem a desumanização de seus filhos.

Partindo dessa afirmação, Nah Dove e Cleonora vão fazer essas pesquisas pensando quais são as experiências de resistência dessas mulheres mães. E aí, o Mulherismo se espalha e atualmente, aqui no Brasil a gente tem além do meu trabalho, os materiais produzidos pela Anin Urasse (2022) com o blog pensamentos mulheristas e com todas as contribuições que ela traz, principalmente com o texto “Os 18 princípios mulheristas”. A gente tem Katiúscia Ribeiro (NJERI, RIBEIRO, 2019), que também vem trazendo essa discussão de uma maneira muito bonita. A gente tem a Dandara Aziza e Ayana Sisi (NJERI, AZIZA, SISI, 2018), psicólogas pretas, que também trazem um olhar do mulherismo africana a partir da psicologia.

Dito isso, o que eu quero na verdade explanar é que o Mulherismo Africana se propõe a olhar as nossas experiências, a olhar a experiência dos nossos ancestrais e, a partir disso, verificar quais foram as estratégias de resistência e permanência.

A gente diz que o Mulherismo Africana tem uma agência que é uma luta antirracista, anti-genocida e, sobretudo, pela integralidade total e plena da população negra, sem exceção.

Não é uma teoria que se pretende universal, então ela não quer falar por todas as mulheres do mundo. Ela quer falar a partir da experiência de sobrevivência e resistência e permanência da população negra. Porque se Nah Dove e Cleonora Hudson começaram fazendo esse recorte, vendo a experiência dessas mães, a gente aqui no Brasil já avança um pouco mais e começa a ver a experiência do nosso povo. Então, quando eu vejo um Babalorixá, por exemplo, um Tata Nkisi cisgênero, que é “biologicamente homem”, pra poder usar termos ocidentais. Esse homem, quando ele gesta o seu terreiro, os seus abians e yaos, ebomis... ele está aplicando a energia matriarcal, a energia matrigestora que acende o Sol da potência do outro. Isso é uma matéria de interesse do Mulherismo Africana e não está necessariamente ligada à questão de gênero ou qualquer outra questão de cunho biológico, por exemplo.

MG – As sociedades contemporâneas, sob perspectivas majoritariamente ocidentais, têm rechaçado com certa razão o conceito de família, principalmente da família tradicional como a conhecemos. Tanto que o conservadorismo ocidental reforça a necessidade da existência e permanência de famílias nucleares cisheteronormativas brancas, seja para perpetuar a lógica da herança, sustentando as muralhas entre ricos e pobres, ou seja, para manter os domínios dos patriarcas sobre os corpos das mulheres. No entanto, a perspectiva do Mulherismo Africana se apoia firmemente em uma outra lógica de família, com destaque para a figura da mãe. Poderia falar mais um pouquinho sobre isso?

AN – Primeiramente, aí eu vou citar Sobonfu Somé (2007), eu acho que é importante entender que a união de duas pessoas, na verdade é a união de dois espíritos. E enquanto união de dois espíritos para a subida da montanha da vida, em que nessa subida se constrói uma família (seja essa família construída por espíritos que forem), dessa união de espíritos pode ser agregadas e paridos, outros espíritos também. E eu gosto muito de pensar em paridos, mas eu também gosto muito de pensar em agregados, porque a família

estendida africana, ela não se pensa somente enquanto filhos, construtores da família, somente aqueles que foram paridos por alguém, mas sim, as famílias estendidas. Eu não sei a experiência de vocês, mas eu cresci em uma família com quatro irmãos, mas praticamente todos os meus primos moraram na minha casa. A gente tinha amigos que moravam longe. Quando as minhas irmãs estavam na faculdade, esses amigos ficavam na minha casa... Isso é a família estendida! No momento em que um espírito entra no seu lar, ele acaba sendo agregado à família. Então a gente pensa muito mais nesse sentido. Essa ideia de mamãe, papai, filhinho, cachorro, gato, periquito tem a ver com o pilar judaico-cristão do ocidente, veja bem... O ocidente é iluminista, judaico-cristão e greco-romano. E essa ideia bem delimitada e de certa forma limitadora da existência e pluralidade dos nossos seres tem esse pilar, manifestando esse conjunto de compreensão do que seja a família. Pra mim, família é: aquelas pessoas que juntas e unidas, decidem subir a montanha da vida em conjunto. E aí, muitas das vezes a gente acha que a gente tá numa montanha, o outro tá na outra... um tá lá em cima, o outro tá lá embaixo. Enfim, a gente precisa observar como é que essa construção está sendo feita e quando se fala da união de um casal (tendo essa configuração de casal, a que for) é importante entender que essa união é desses espíritos.

E quando a gente está falando da questão da mãe, essa também é uma discussão que não está dada. que ainda precisa ser mais depurada e que pra gente depurar precisamos que mais pessoas tenham interesse em fazer essas depurações. Porque não é possível que eu, a Dandara, Katiúscia e as outras poucas mulheristas em relação ao mundo, ao pluriverso de questões a serem discutidas ainda, não é possível que a gente consiga dar conta.

Já tem um tempo que eu tenho refletido sobre isso, muito pelas minhas conversas com a atriz Gabriela Loran, e vendo também o que ela faz, o trabalho dela. Ela é uma mulher trans. E também muito pelas leituras que eu faço, do Leonardo Peçanha (2020), que é um homem trans, ambos negros; Eles me ajudam a refletir sobre essa questão do parimento, da mãe. Já tem um tempo que eu evito falar mãe. E aprendi também com Caroline Amanda, do Yoni das Pretas, a pensar em pessoas uterinas, em pessoas menstruantes, pessoas que podem de alguma forma gerar uma vida dentro de si. Quando eu faço esse deslocamento do meu olhar e entendo essa perspectiva, usando

também um pouco da filosofia yorubá, na verdade estou entendendo que parir (dar origem a uma vida dentro do seu corpo) é o que mais nos aproxima da criação divina do universo. Então nós saímos de úteros que nós mesmos escolhemos antes de descer a Terra. E isso eu estou falando com base nas filosofias yorubas. E eu sou uma mulher, que experiencia o candomblé ketu, e essa é uma perspectiva. O que eu quero dizer é que quando eu entrei em contato com essa perspectiva, a minha forma de me relacionar com a minha mãe mudou completamente. E eu sou mãe desde os meus 16 anos e eu pari aos meus 17 anos, então, mais da metade da minha existência eu exerço a gestação solar, dos meus filhos. Tudo isso me atravessa na hora de eu falar sobre essa questão do matriarcado e de mãe e filha e tudo mais. Mas mais uma vez é importante dizer que essa discussão ainda está em processo e que a gente está super animado se outras pessoas também quiserem discutir isso em conjunto.

MG – Eu li um texto seu para o site Alma Preta (NJERI, 2020-3), em que você disserta sobre a violência por trás da discussão sobre a palmitagem e, com isso, infere na construção de identidade de crianças, filhos de casais interracialais. Me pareceu uma provocação muito pertinente, ainda mais tendo em vista que você discorre sobre a figura do homem branco imposta com o Senhor do Ocidente, no mesmo texto. Me parece complexo, completo e potente essa reflexão. Como funciona?

AN – Bom, é porque eu acho o termo palmitagem e a forma como essa discussão é conduzida, sobretudo nas redes, uma maneira muito desagradável, tamanho a agressividade das pessoas. Tem um provérbio yorubá que diz o seguinte: “aquele que muito aponta o dedo expõe a si mesmo” e às vezes, é essa a impressão que eu tenho. As pessoas estão tão preocupadas em querer categorizar o tipo de relação que as outras têm, que acabam fechando os olhos às vezes para as más diagramações das suas próprias relações. O que eu quero dizer é: um dos princípios mulheristas é a preservação da família. Seja a família no formato que for. Porque como eu falei, a família faz parte da união desses espíritos. Eu não consigo olhar para uma construção familiar, seja ela interracial, monorracial, e desqualificá-la. O que eu costumo dizer (porque essa discussão é muito ampla e me chega muitas vezes

e por muitas vias) é que essa questão da interracialidade deve ser pensada pelas pessoas que compõem essa família interracial. E essas pessoas devem se perguntar, para si próprias, para os seus relacionamentos: Como anda a subida da montanha da vida de vocês?

Porque às vezes, o casal é extremamente harmônico. Eles estão subindo em harmonia, em equilíbrio, construindo... E outras vezes o racismo vai atravessar essa relação, outras vezes, só um tá subindo, o outro só descendo, umas vezes um tá numa montanha, o outro tá na outra...

Eu acho muito mais digno inspirar as pessoas que estão interessadas nesse tema a fazerem uma autoanálise a partir das suas próprias lógicas pensantes e de experiência. Isso para mim me parece mais interessante. Na verdade, essa ideia de análise não é só para casais interraciais. É pra qualquer tipo de relacionamento que você possa vir e estar inserido. Eu vou dar um exemplo que eu sempre dou:

Eu tenho um casal de amigos que têm por volta de 60 anos e dois filhos. Ele é um homem negro retinto e ela é uma mulher branca. Dentro dessa lógica de internet, das redes sociais, da palmitagem, ele seria agredido (como já foi virtualmente), porque ele é um homem palmiteiro. Só que esse casal se conheceu quando eles tinham 14 anos de idade. E aí veja: uma internet com uma discussão imatura sobre relacionamentos interraciais, tenta abalar a estrutura de um casal que tem por volta de 60 anos de idade, mas que se conhecem desde os 14. Isso é uma vida de subida da montanha, entende?

MG – Uma outra questão muito bacana que eu já vi você apontar, fala sobre as distinções entre as práticas patriarcais exercidas por homens negros e por homens brancos, tendo em vista que esses últimos são os únicos que realmente conseguem colher os privilégios do exercício do homem dominador. Achei muito interessante porque esse debate passa batido em muitas correntes do feminismo ocidental. Quais são essas causas e consequências que se distinguem e quais estratégias você acha potente para lidar com essas performances patriarcais em ambos os casos?

AN – Nós estamos falando de construção, de ser e estar. E quando se está no ocidente, a gente tem que lembrar que o padrão e o parâmetro dessas construções, experiências - inclusive da escala de humanidade - tem como

ponto de partida, de chegada e centralidade a experiência do “Senhor do Ocidente”. Esse termo é uma metáfora dos estudos decoloniais, que Quijano (2005) cita muito e que eu também utilizo. Inclusive exemplifico essa metáfora, dizendo que o Senhor do Ocidente é metaforizado pelo personagem Jordan Belfort, interpretado pelo Leonardo di Caprio no filme O Lobo de Wall Street, de Scorsese (NJERI, 2020). Esse personagem é o arquétipo desse Senhor do Ocidente e é para ele que as benesses do patriarcado são feitas. E é dele que parte a escala de humanidade. É uma escala dinâmica em que todas as pessoas que estão sob a égide ocidental estão incluídas. O seu fenótipo, a sua compreensão de si, do mundo, o seu local, o seu território, a sua cultura, todos esses são elementos que fazem com que as pessoas se aproximem ou se distanciem do Senhor do Ocidente. Homens se aproximam do Senhor do Ocidente dentro da escala de humanidade, justamente por serem homens. Mas quando começam os atravessamentos das singularidades dos nossos seres, essa dinâmica vai sendo afetada também. O que eu quero dizer é que homens negros acabam performando um patriarcado que não é feito para eles. E que na verdade, as benesses são feitas para o “Senhor do Ocidente”. Só que esses homens, por conta da sua construção, que perpassa inclusive a educação, acabam performando o que eu chamo de cópias mal diagramadas do Senhor do Ocidente (NJERI, 2020). Então, o que eu quero dizer é que os negros em geral precisam se revisitar e perceber quais são essas performances que estão fazendo de si e para o outro, e verificar se são performances libertadoras ou são performances limitadoras das suas próprias existências. Eu acho que é essa a contribuição que eu, enquanto mulherista, tenho a dar aos meus irmãos que estão dispostos a se despir do ocidente.

MG – Uma das grandes questões nos debates abolicionistas e anti-cárcere é: O que colocar no lugar das prisões? Que alternativas do pensamento matriarcal africano pode apontar para pensar em processos de educação e integração social para pessoas que violam os acordos coletivos de bem viver estabelecidos de uma comunidade? Você conhece alguma experiência que gostaria de dividir com a gente?

NA – Essa eu acho que é uma das questões mais complexas, não só pro Mulherismo Africana. É uma questão complexa para qualquer pessoa que

estuda o comportamento ocidental. Porque essa ideia do cárcere vem da dominação sobre o outro, sobre a alteridade, usando um pouco o Bakhtin (2010). É esse desejo que o ocidente tem de dominar tudo e todos. É realmente uma questão profunda. Eu não concordo com o cárcere. Eu acho que é uma experiência extremamente desumanizadora e ocidental, e quando eu olho para as experiências africanas, por exemplo, (mas eu acho que a gente também deveria olhar para as experiências dos povos originários), eu vou ter uma percepção de que um crime, na verdade, é um crime contra o equilíbrio da comunidade. Então, quando alguém tira uma vida, por exemplo, ou faz esse tipo de crime, a existência vital, coletiva, (pensando em Ubuntu - eu sou porque nós somos) há punições também. Há experiências, inclusive, de isolamento. Mas nada parecido com essa ideia desumanizadora do cárcere mesmo.

Em outras experiências, por exemplo, alguns povos bantos, tipo lubas, dependendo do crime, antes do julgamento, faz-se um ritual de fortalecimento da energia desse criminoso. Então se fala para ele palavras fortalecedoras de poder. Porque eles entendem que mesmo esse criminoso não pode passar pelo julgamento da comunidade sem que ele esteja no equilíbrio pleno da sua própria força vital. Porque você não pode julgar alguém sem que ela tenha condições energéticas vitais de receber aquela punição, seja qual for. É muito interessante, porque a gente acessa isso através da historiografia francesa, né? E aí há aqueles olhares ocidentais que chamam de primitivismo e tudo mais. Mas é interessante que uma dessas leituras antropológicas que eu acessei falando sobre isso, o olhar sobre a perspectiva de que não existem pessoas completamente más. Há pessoas em desequilíbrio e o nosso maior desequilíbrio, o nosso maior mal, no caso, seria a perda da energia vital. Pode perceber que eu não estou conseguindo responder porque essa discussão não está finda, pelo contrário, é uma discussão ampla. E que deve ser feita no coletivo. E o que eu posso contribuir e o que o Mulherismo Africano pode contribuir é em mostrar as experiências pluriversais que comunidades genuinamente negras têm ao lidar, por exemplo, com os crimes.

Algumas Considerações

As epistemologias e a cosmovisão emergentes do Mulherismo Africano, muito bem registrados no diálogo anterior entre os pesquisadores e por outras

teóricas importantes do movimento, nos convidam a mirar para o sistema-mundo que nos cerca, para nossas relações e (por consequência) para os modos de operar e produtos de nossas criações artísticas, sob perspectivas solares.

As divisões coloniais que encaixotam as artes, a ciência e os saberes de forma separada da vida foram produzidas pelo movimento dominador dos conquistadores europeus como ferramentas de controle. Romper com esses movimentos requer outros repertórios que não os que já nos foram herdados durante o processo colonial.

Acreditamos que para romper esses paradigmas que ainda nos atingem, inclusive dentro da academia, precisamos visitar outros campos de conhecimento que por vezes escapam daquilo que compreendemos sob o guarda-chuva das artes. Campos esses que foram secularmente ignorados pela cosmovisão europeia e que hoje aparecem como velhas novas alternativas para sobreviver ao achatamento neoliberal que orienta o mercado de artes e ao qual estamos presos em nosso ofício pela manutenção de nossa existência.

As artes cênicas muitas vezes carregam tradições arraigadas, padrões estéticos e técnicas consagradas, sustentados pela filosofia ocidental. Esses paradigmas podem limitar a criatividade e a inovação, tornando difícil a ruptura com o que já foi estabelecido.

A hierarquia entre diferentes formas de expressão (como teatro, dança, ópera) e a canonização de certos autores, peças ou movimentos artísticos também são paradigmas. Eles podem restringir a diversidade e marginalizar vozes silenciadas pela lógica do Senhor do Ocidente.

Para romper com tais paradigmas, é necessário explorar campos de conhecimento além das fronteiras das artes cênicas. Isso inclui diálogo com outras disciplinas, como antropologia, filosofia, sociologia e estudos culturais, na busca de metodologias e estéticas pluriversais (NJERI, 2022).

A pluriversalização (NJERI, 2022) envolve também o diálogo entre diferentes culturas e tradições. As artes cênicas podem se beneficiar da troca de perspectivas, rituais e narrativas não-ocidentais. A ideia de que existe um único centro de produção artística deve ser questionada. A descentralização permite que vozes periféricas sejam ouvidas e valorizadas.

As relações entre teatro, prisão e abolicionismo penal no Brasil se dão desde a década de 1940, com a produção do Teatro do Sentenciado⁵ e outras iniciativas culturais e políticas de Abdias Nascimento (2022) que contribuíram significativamente para o debate sobre o abolicionismo penal no Brasil, destacando a importância da arte e da cultura como elementos centrais na luta contra as desigualdades sociais e na promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O teatro, como forma de expressão artística, tem sido utilizado historicamente como um meio de denúncia social e transformação. No contexto do abolicionismo penal, o teatro serve como uma plataforma para questionar e desafiar as práticas e políticas do sistema carcerário.

O abolicionismo penal, por sua vez, é uma corrente de pensamento que questiona a legitimidade e eficácia do sistema penal, propondo alternativas para a resolução de conflitos e a reparação de danos que não passem pela lógica da punição e do encarceramento. O teatro, nesse sentido, pode ser um meio poderoso para comunicar essas ideias, promovendo a reflexão e o diálogo sobre a necessidade de reformas no sistema de justiça criminal.

A abolição é uma mirada que busca no oceano das relações sociais alternativas de cuidado e reparação. Entendemos que o fim das prisões não é suficiente para lidar com séculos de Maafa, assim como não foi suficiente a assinatura da Lei Áurea em 1888. É preciso a construção de políticas e práticas de cuidado que visem reumanizar populações historicamente massacradas pela colonização.

No entanto, o des-envolvimento desenfreado das metrópoles, a constante construção de novas instituições prisionais e o alto índice de encarceramento no Brasil atualizam as tecnologias de dominação que fazem com que o sistema carcerário, apesar de também ser algo recente, continue sólido e aparentemente indestrutível.

O sistema penal é seletivo, afetando desproporcionalmente a população negra e pobre. A discriminação racial e social contribui para a manutenção

5. O Teatro do Sentenciado é uma experiência teatral significativa dentro da Penitenciária do Estado de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru. Abdias Nascimento fundou esse grupo de teatro enquanto estava encarcerado. As peças criadas e encenadas pelo grupo são consideradas as primeiras experiências documentadas de teatro nas prisões no Brasil.

desse sistema. Além disso, a prisão estigmatiza e marginaliza os indivíduos, impossibilitando sua reintegração à sociedade após o cumprimento da pena. Isso cria um ciclo de reincidência e perpetua o sistema.

Ruth Gilmore (2024) argumenta que o sistema prisional, especialmente nos Estados Unidos, foi expandido não por causa de um aumento real na criminalidade, mas como uma resposta a crises econômicas, políticas e sociais, usando o encarceramento como uma forma de gerenciar “excedentes” populacionais e problemas sociais.

No contexto brasileiro, a aplicação desse conceito pode ser vista no aumento dos índices de encarceramento, que têm crescido de forma alarmante. O Brasil é um dos países com a maior população carcerária do mundo, e esse crescimento é frequentemente atribuído a políticas de segurança pública que priorizam o encarceramento em massa como solução para o crime, em vez de abordagens mais preventivas e restaurativas. Esse fenômeno é exacerbado por leis rigorosas, como a Lei de Drogas, que criminalizam a posse de pequenas quantidades de drogas e resultam em penas desproporcionais, especialmente para mulheres e populações vulneráveis.

O Mulherismo Africana, enquanto abordagem, promove a emancipação da população negra e o reconhecimento de histórias violentadas pelo processo colonial. No contexto penal, isso se traduz em uma crítica ao sistema carcerário que frequentemente perpetua a marginalização de comunidades negras e pobres.

Assim como os movimentos sociais de base antiprisional são hegemonicamente liderados por mulheres/mães negras, a filosofia mulherista enfatiza a resistência e reexistência das mulheres negras, colocando-as no centro da reflexão social e política. No abolicionismo penal, isso se reflete na luta contra estruturas opressivas e na busca por alternativas ao encarceramento que respeitem a dignidade e a história das pessoas afetadas. Propõe uma política de cuidado, resgatando o matriarcado africano como uma forma de enfrentamento ao racismo, genocídio e patriarcado. No abolicionismo penal, isso sugere a criação de políticas que priorizem o cuidado e a cura em vez da punição e segregação.

Para atualizar nossas tecnologias de resistência e encontrar um teatro abolicionista que consiga enfrentar as sequelas da Maafa (ANI, 1994; NJERI, 2020), acreditamos ser urgente escavar saberes ancestrais que foram apagados propositalmente pelos Senhores do Ocidente, pois estes já sabiam os perigos que a organização de nossas comunidades oferecem a máquina colonial.

O Mulherismo Africana desafia o pensamento ocidental dominante, propondo uma contracolônização epistemológica que valoriza saberes e práticas não ocidentais. No abolicionismo penal, isso pode inspirar a busca por sistemas de justiça que sejam mais inclusivos e que considerem diferentes perspectivas culturais e sociais.

O teatro, o abolicionismo penal e o Mulherismo Africana se entrelaçam em um esforço coletivo para dismantelar sistemas opressivos e construir uma sociedade mais justa e equitativa, onde as vozes das mulheres negras são ouvidas e valorizadas. Essa interseção é um campo fértil para a criação artística, a reflexão crítica e a ação política que não se resolvem nem se encerram aqui, mas que abrem possibilidades de reflexões na busca por cenários pluriversais e de imaginação política, em direção à concretização de nosso sonho comunitário: uma sociedade sem prisões e suas consequentes práticas punitivistas desumanizantes.

Bibliografia

- AFRICANA NO COMBATE AO RACISMO EPISTÊMICO E A LEI 10639/03. CEFET. Rio de Janeiro. 2017
- ANI, Marimba. Yurugu: An African-Centered Critique of European Cultural Thought and Behavior. Trenton: África World Press, 1994.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BENEVIDES, Bruna G. DOSSIÊ, Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileira em 2023. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais). 2024 Disponível em <<https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossie-antra2024-web.pdf>>
- BLACK PANTHER. The Black Panther party ten-point program. 1966. Disponível em <<https://www.blackpast.org/african-american-history/primary-documents-african-american-history/black-panther-party-ten-point-program-1966/>>

- BISPO, Antônio. A terra dá, a terra quer. Piseagrama. 2023. Disponível em <<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4951700#:~:text=A%20humanidade%20%C3%A9%20contra%20o,do%20cosmo%2C%20quebrar%20a%20originalidade>>
- BOAL, Augusto. Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas. Editora 34, 2019
- CANAVAN, Gerry. “There’s Nothing New/Under The Sun/But There Are New Suns”: Recovering Octavia E. Butler’s Lost Parables. Los Angeles Review of Books, 2014. Disponível em <<https://lareviewofbooks.org/article/theres-nothing-new-sun-new-suns-recovering-octavia-e-butlers-lost-parables/>>
- CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: A Construção do Outro como Não Ser como fundamento do Ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
- CAVALCANTE, Kellison Lima. Fundamentos da filosofia Ubuntu e o humanismo africano. Revista Semiário de Visu v.8 n.2, 2020.
- CIA DE TEATRO HELIÓPOLIS. Cárcere ou porque as mulheres viram búfalos. Dramaturgia de Dione Carlos e Direção de Miguel Rocha. 2022
- CIA DXS TERRORISTAS. Anjos de Cara Suja - o Sol é, ou deveria ser, para todas. Dramaturgia de Ligia Souza e Direção de Murilo Gaulês
- CONCÍLIO, Vicente. Teatro e Prisão: Dilemas da liberdade artística. Hucitec. São Paulo. 2008
- CR10, Publication Collective. Abolition Now!: Ten Years of Strategy and Struggle Against the Prison Industrial Complex. AK Press. 2008
- DAVIS, Angela. Estarão as prisões obsoletas? DIFEL. 2018
- DOVE, Nah. Mães afrikanas portadoras da cultura desenvolvedoras da mudança social. São Paulo: Medu Neter, 2020.
- DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. Escrivência: A escrita de nós – Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Mina Comunicação e Arte, 2020
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Galimard, 1975
- GILMORE, Ruth W. Califórnia Gulag: prisões, crise do capitalismo e abolicionismo penal. Igra Kniga. 2024.
- HARTMAN, Saidyia. Perder a mãe: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Trad. José Luiz Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- HUDSON-WEEMS, Cleonora. Mulherismo Africana. São Paulo: Editora Ananse, 2021
- IMARISHA, Walidah. Reescrevendo o futuro: usando ficções visionárias para rever a justiça. Disponível em: <https://issuu.com/amilcarpacker/docs/walidah_imarisha_reescrevendo_o_fut>. Acesso em: 05 maio 2018.
- ISRAEL, Vinicius Pinheiro. Punição e Liberdades: encarceramento em massa, seletividade penal e população escondida. EDUERJ. 2024
- LUCAS, Ashley. Teatro em prisões e a crise global do encarceramento. Hucitec. São Paulo. 2021
- MARTINS, Leda. (2003). Performances da oralitura: corpo, lugar da memória. Letras, (26), 63– 81. <https://doi.org/10.5902/2176148511881>

- MARTINS, Leda. Afrografias da memória. São Paulo: Perspectiva, Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997
- MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. Boitempo Editorial, 2011
- MOMBAÇA, Jota. Rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência! Disponível em: <https://issuu.com/amilcarpacker/docs/rumo_a_uma_redistribuicao_a_o_da_vi>. Acesso em: 04 maio 2018.
- NARVAES, Viviane Becker. O Teatro do Sentenciado de Abdias Nascimento: classe e raça na modernização do teatro brasileiro. 2020. Tese (Doutorado em Teoria e Prática do Teatro) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/T.27.2020.tde-19022021-183344.
- NASCIMENTO, Beatriz. Quilombola e intelectual. Diáspora africana: Editora Filhos da África, 2018.
- NASCIMENTO, Abdias. Quilombismo. Petrópolis: Vozes, 2019
- NJERI, Aza. “O Sol da nossa humanidade e a educação Pluriversal”. In: FRANÇA, Rodrigo; NJERI, Aza. Reflexões artístico-filosóficas sobre a humanidade negra. Revista Ítaca nº36, 2020-1. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/Itaca/article/view/31895>>.
- NJERI, Aza. Mulherismo Africana: proposta enquanto equilíbrio vital a comunidade preta. Revista Ítaca nº36, 2020-2. Disponível em: <file:///C:/Users/cenic/Downloads/r_gouvea,+Mulherismo+Africana+proposta+enquanto+equil%C3%ADbrio+vital+a+comunidade+preta+Aza+Njeri+e+Kwame+1-83407-1-RV+-+Relido01Maio.pdf>
- NJERI, Aza. Vamos falar sobre Mulherismo Africana? Alma Preta Jornalismo, 2020-3. Disponível em: <<https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/vamos-falar-sobre-mulherismo-africana/>> Acesso em 13/05/2024
- NJERI, Aza; AZIZA, Dandara. “Entre a fumaça e as cinzas: o Estado de Maafa pela perspectiva da psicologia africana e o mulherismo africana.” In: Revista Problemata. v. 11, nº2. João Pessoa, UFPB, 2020-4. p. 57-80. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/53729>
- NJERI, Aza; RIBEIRO, Katiúscia. “Mulherismo africana: práticas na diáspora brasileira.” In: Currículo sem Fronteiras. v. 19. n. 2, p. 595-608, maio/ago. 2019.
- NJERI, Aza; SISI, Ayana; AZIZA, Dandara. Psicologia africana como ferramenta de mudança social. In: Congresso Alfepsi. Rio de Janeiro: Alfepsi, 2018.
- NJERI, Aza. Canal Aza Njeri. YouTube. 2012. Disponível em <<https://www.youtube.com/@AzaNjeri>>
- PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. Visibilidade Trans pra quem? Parte II – Um olhar Transmasculino Negro. 2018. Disponível em: <http://negrosblogueiros.com.br/leonardombpecanha/2018/visibilidadetrans-pra-quem-parte-ii-um-olhar-transmasculino-negro/>. Acesso em: 10 maio. 2020.

- PRISON RESEARCH EDUCATION PROJECT, et. al. Instead of Prisons: a handbook for abolitionists. 1976. Disponível em <<https://theanarchistlibrary.org/library/prison-research-education-action-project-instead-of-prisons>>
- QUIJANO, Aníbal. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- RATTS, Alex. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kwanzaa, 2006.
- RAYMUNDO, Jonathan (Org). Pretagonismos. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2022, p 48-60.
- RIBEIRO, Katiúscia. KEMET, ESCOLAS E ARCÁDEAS: A IMPORTÂNCIA DA FILOSOFIA ROSENFELD, Anatol. Brecht e o Teatro épico. Perspectiva, 2013.
- SALABERG, Jhonny. Parto Pavilhão. São Paulo: Cobogó. 2021
- SANTOS, Boaventura de Souza. Pela Mão de Alice: O social e o político na pós modernidade. 7ª edição. Editora Afrontamento. 1994. Disponível em <<https://www.athuar.uema.br/wp-content/uploads/2018/01/Pela-Mão-de-Alice-o-social-e-o-político-na-pós-modernidade.pdf>>
- SCORSESE, Martin. O Lobo de Wall Street. 179min.2013.
- SILVA, Gisele Rose da. Azoilda Loretto da Trindade: o Baobá dos Valores Civilizatórios Afro-brasileiros. Metanoia Editora. 2021.
- SOMÉ, Sobonfu. O espírito da intimidade. São Paulo: Odisseus, 2007.
- SOUZA, Jessé. A ralé brasileira: quem é e como vive. Belo Horizonte: editora UFMG, 2009
- URASSE, Anin. Os 18 princípios Mulheristas. 2022 Disponível em: <https://pensamentosmulheristas.wordpress.com/2022/01/02/18-principios-do-mulherismo-africana>